

DO MARANHÃO AO GRÃO-PARÁ: CENÁRIOS DE UMA INDEPENDÊNCIA

Isaac Bastos Marinho *¹

Lucas Exedito de Paiva Zim *²

Após lograr um bloqueio à cidade de Salvador, o Primeiro-Almirante da Armada Imperial brasileira, Lorde Thomas Cochrane, determinou a John Taylor, Comandante da Fragata “Nichteroy”, acosar e flagelar a esquadra lusa até a boca do Rio Tejo. Na pernada, a fragata apresou dezesseis navios mercantes do comboio português que se retirava da Bahia. O episódio demonstrava o êxito de uma Armada recém-organizada, capaz de bem articular e executar a integração da Bahia, local onde a luta pela Independência foi mais severa, ao Império em construção.

Contudo, ainda que o triunfo da Armada na Bahia fosse incontestável, restava atuar de modo a resolver o impasse que se desenhava em relação à integração das Províncias do Norte ao Brasil. Em 1822, depois de muitos movimentos e ideias separatistas, D. Pedro I, assessorado por sua esposa Dona Leopoldina e pelo estadista José Bonifácio de Andrada e Silva, declarou a Independência. Todavia, o “Grito do Ipiranga”, embora ato formal e posteriormente celebrado, não afiançava a conservação da autonomia proclamada. Noutros termos, pode-se dizer que o grito de Independência não foi ouvido do mesmo modo nas unidades administrativas da antiga colônia portuguesa.

Em face da extensão do território e da necessidade de transportar tropas e abastecer efetivos em terra, o Poder Naval se tornou instrumento incontornável, pela sua mobilidade, para a integridade territorial. Nas Províncias do Norte (atualmente, grosso modo, Norte e Nordeste), e na Cisplatina, a lealdade de muitos ainda pertencia à Co-



Fragmento da pintura *Entrada do Exército Libertador*, do artista Presciliano Silva, que relembra o momento final das lutas pela independência da Bahia, com a entrada das tropas brasileiras na cidade de Salvador, em 2 de julho de 1823.

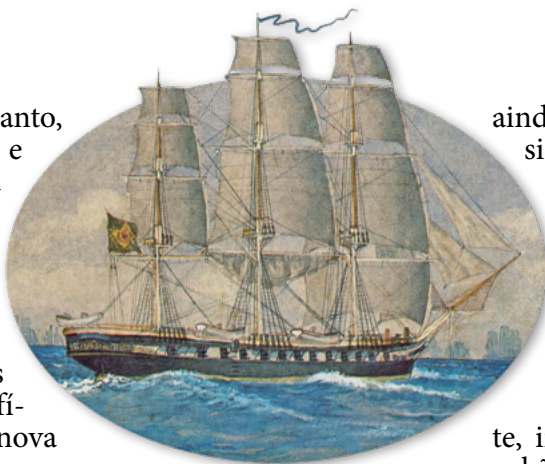
roa portuguesa. Era, portanto, imprescindível a formação e o emprego da Marinha, seja para submeter ou expulsar todos aqueles que procuravam fragmentar o território pretendido (ZIM, 2022, p.107).

Isso se deve a múltiplos fatores. Dentre eles, as difíceis comunicações entre a nova sede do Império do Brasil – o Rio de Janeiro – e Províncias do Norte, como o Pará e o Maranhão, cujo acesso era extremamente complexo, devido ao próprio condicionalismo físico do Atlântico. Os caminhos por terra eram escassos e, em geral, de conhecimento (quase exclusivo) dos indígenas. A condição ambiental proporcionava aspectos mais favoráveis à comunicação dos territórios mais ao norte com Portugal do que com o Rio de Janeiro, o que explica, em certa medida, o desejo de alguns grupos locais da manutenção do alinhamento com os lusitanos. Outro fator que comumente não é bem explorado são as relações tecidas entre as próprias Províncias do Norte.

Assim, o presente artigo versa sobre o contexto das chamadas “Províncias do Norte”, identificando aspectos adstritos às relações políticas que estabeleceram com as cortes em Lisboa e, ao reverso, aos frágeis vínculos mantidos até o desfecho das Guerras de Independência com o Rio de Janeiro, cidade recém-elevada ao estatuto de capital do Império do Brasil. Além disso, o itinerário proposto para o artigo também abrange as relações estabelecidas entre as Províncias do Maranhão e Grão-Pará, de modo a explicitar suas relações de dependência. Assim, espera-se oferecer, a partir da produção historiográfica recente, um enquadramento mais alargado para as já conhecidas operações navais realizadas por Lorde Thomas Cochrane no Maranhão e John Pascoe Grenfell no Pará.

A CAMPANHA DA INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO

Para que se entenda o desenrolar da campanha da Independência nas províncias ao Norte é necessário que, antes, se analise o contexto, os anseios e os modos de pensar que corriam naquelas localidades. Sob uma perspectiva geral,



A Fragata "Niterói" perseguindo os navios portugueses que se retiravam da Bahia

Aquarela do Almirante Trajano Augusto de Carvalho

ainda que sob o risco de alguma simplificação, pode-se afirmar que, após a declaração da Independência por D. Pedro, apenas as Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais acataram de imediato à aspiração emancipacionista.

As províncias mais ao norte, incluindo aquelas do Maranhão e Grão-Pará, mantiveram-se fiéis à antiga metrópole devido a diversos fatores. Primeiro, por conta das características intrínsecas à navegação a vela, a exemplo das correntes, marés e do próprio regime de

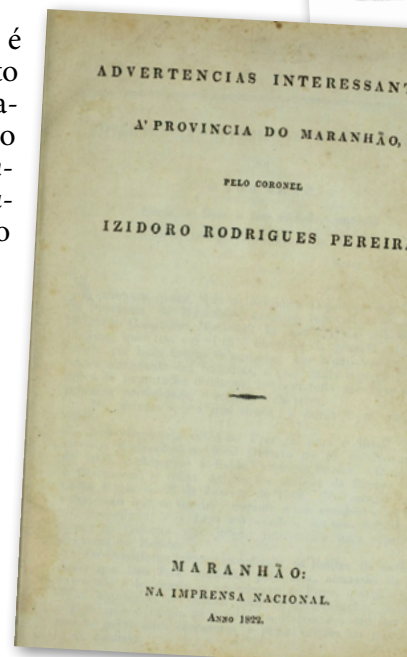
ventos. Em acréscimo, mas na mesma direção, pela falta de estradas terrestres entre as Províncias do Norte com o Rio de Janeiro, estabeleceram-se laços comunicativos mais estáveis com Portugal do que com as demais Províncias do Sul. Os efeitos da geografia aqui, portanto, não devem ser desprezados.

Outro fator era a presença massiva de patriotas portugueses nos territórios ao norte. Eles compunham as elites comerciantes das cidades, justamente aquela partidária do movimento liberal português de restauração colonial. Durante a Revolução Liberal do Porto, em 1821, e durante todo o embate entre as cortes portuguesas e D. Pedro, foram reforçadas as guarnições militares das Províncias do Norte com soldados portugueses, que posteriormente seriam partidários de Portugal e, assim, contrários ao movimento de independência (BITTENCOURT, 2006, p. 75).

Por uma outra perspectiva, é possível entender o momento que a província experimentava analisando, por exemplo, o documento *Advertências interessantes à Província do Maranhão* (1822), escrito pelo

O documento *Advertências interessantes à Província do Maranhão* trazia em seu conteúdo a insatisfação com a tributação geradas na Província do Maranhão, além de críticas à intervenção britânica no comércio

Imagem: BBM Digital



comerciante Izidoro Rodrigues Pereira e endereçado aos representantes maranhenses presentes nas cortes. O documento não apenas expressava insatisfação com a tributação vigente, mas também criticava a crescente intervenção britânica no comércio, o que causava, dentre outros efeitos, queda no preço do algodão. Outro folheto a ser referido é o *Espelho crítico-político da Província do Maranhão* (1822), de João Antônio Garcia de Abranches, que explicitava a realidade dos lavradores do Maranhão e o seu crescente endividamento. Assim, em grande medida, a realidade dos comerciantes no Maranhão se deteriorava à medida que o sul do Brasil adquiria independência de Portugal. Em paralelo, surgia nos comerciantes portugueses o ideal do retorno à condição colonial, em alternativa ao estado de Reino Unido que se mantinha. Nesse contexto, as elites mercantis do Maranhão pendem mais para o lado liberal da revolução constitucionalista.

Outro elemento a ser ponderado é concernente aos periódicos e à constituição de um espaço de opinião coletiva. Aqui, toma-se como referência o *Conciliador do Maranhão*, principal periódico naquela altura. Os seus redatores eram Antônio Marques da Costa Soares e o Padre Tezinho. Ambos eram próximos do Governador da província, Pinto da Fonseca, de forma que o periódico era utilizado como forma de tecer e manipular a opinião pública em defesa do Governador e em ataque aos seus oponentes políticos (GALVES, 2015).

Pelo fato de o periódico ser uma expressão do que pensava o governo do Maranhão, ele era favorável à

manutenção do governo monárquico e à Coroa portuguesa, ao “pacto colonial” e à monarquia constitucional. Criticava o ideal de Independência do Brasil por iniciativa do Rio de Janeiro, crítica que pode ser entendida por conta das relações políticas, culturais e econômicas estabelecidas entre Portugal e o Maranhão, mais relevantes do que aquelas que o Maranhão desenvolveu com as demais partes do Estado do Brasil. Nesse contexto, os portugueses que buscavam algum cargo na burocracia pública local e no comércio exportador e varejista se posicionavam contrariamente ao movimento de independência (PEREIRA, 2006).

Há, no entanto, uma mudança de comportamento por parte do Governador: a partir do momento que os ânimos se inclinam em favor do movimento da independência pela ação dos comerciantes e agricultores, Pinto da Fonseca passa a ser também favorável à causa da independência, principalmente para se manter no poder. Com esse objetivo, o periódico *O Conciliador do Maranhão* torna-se essencial para fortalecer a imagem do Governador como liberal, portanto opositor das práticas do Antigo Regime (CUTRIM, 2027). Ainda a partir dessa inversão de postura, percebe-se que, em um primeiro momento, o periódico publicava em 24 de maio de 1823, notícias de apoio à constituição portuguesa, enquanto tipificava os partidários à independência como “fanáticos” ou “bárbaros salteadores”. Classificava todas as tropas das províncias vizinhas que já tinham aderido à causa da independência e vinham invadindo o território maranhense como soldados imperialistas, desejosos de roubar e atrasar a indústria dos maranhenses. Depois, *O Conciliador do Maranhão* deixa de circular em 28 de julho de 1823, após a cidade de São Luís ser cercada por tropas partidárias à independência, exatamente em razão de já ter sido um periódico favorável à constituição portuguesa (PINHEIRO, 2016).

Sob a ótica da História Militar, o último momento de resistência por parte da junta governativa se encerra a partir de um “blefe” por parte do Almirante Cochrane: em uma investida, utilizando a Nau “Pedro I”, deu a entender que ocorreria um bombardeio da esquadra imperial na cidade de São Luís, e que posteriormente um desembarque asseveraria a conquista da cidade e a incorporação decorrente, pela via militar, do Maranhão à causa da independência. Sem meios para contrapor esse “blefe”, a Província do Maranhão aderiu ao movimento de independência (DORES, 1957, p. 112).



Edição de 24 de maio de 1823 do periódico *O Conciliador do Maranhão*, na qual foram publicadas notícias de apoio à constituição portuguesa. Este periódico deixou de circular após tropas partidárias à independência cercarem a cidade de São Luís

Imagem: BN Digital

A CAMPANHA DA INDEPENDÊNCIA NO GRÃO-PARÁ

Limitando-se especificamente à realidade do Grão-Pará, apesar das barreiras comunicativas, é notório que essa imensa região não pode ser vista como uma região isolada, na medida em que as ações do Império português sempre ataram o seu destino a um conjunto territorial ainda mais amplo. Desde 1621, devido aos riscos das hostilidades holandesas, Maranhão e Grão-Pará estavam reunidos sob o mesmo rótulo jurisdicional, já que perfaziam uma unidade administrativa da Coroa portuguesa, o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Assim, em função desse percurso histórico, o Pará não tinha condições políticas ou econômicas de manter seu destino sozinho, sem consideração aos seus estreitos laços desenvolvidos com o Maranhão (MACHADO, 2015, p.7).

A ligação do Pará ao Maranhão suplantava as questões culturais e vínculos históricos compartilhados: no início do século 19, sobressaltavam também os recursos econômico-financeiros. As reformas pombalinas enriqueceram o Maranhão, principalmente pela exportação de algodão; porém, o Pará se manteve em uma condição financeira precária que era sanada por repasses constantes de verba pela capitania vizinha. A dimensão da dependência econômica era tão elevada no começo da década de 1820 que muitas autoridades paraenses enviaram cartas solicitando recursos. Chegaram ao ponto de enviar uma embarcação para recolher os recursos disponibilizados pela província vizinha. Essa era uma relação conhecida, que aliás continuou mesmo após a independência. Isso se confirma pelo fato de que alguns deputados maranhenses foram contra a proposta de criação da província do Rio Negro, argumentando que seria mais uma província a sustentar, além do Pará (MACHADO, 2015, p. 8).

Além desse laço mais evidente, existiam outras ligações, ainda que frágeis e irregulares, com o interior do continente, destacando-se o Mato Grosso e Goiás. Essas relações mantinham a ambição do Marquês de Pombal, Secretário de Estado de D. José I, de otimizar a comunicação interna. Utilizavam a posição hidrográfica privilegiada de Belém para facilitar a interiorização do continente, melhorando assim o contato com o interior, e estimular trocas comerciais. Ressalta-se a utilização do Rio Madeira para o comércio entre o Pará e o Mato Grosso (MACHADO, 2015, p. 9).

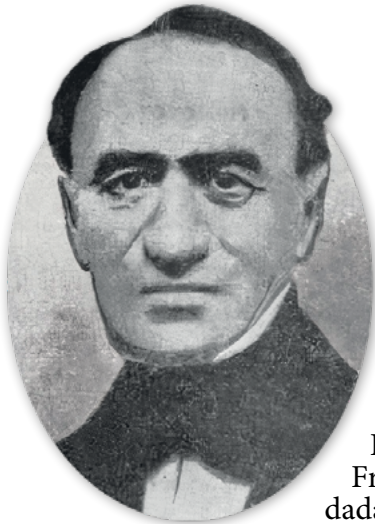


Nas Províncias do Norte, a lealdade de muitos pertencia à Coroa portuguesa. Isso acontecia por uma série de fatores, dentre eles, uma maior facilidade de comunicação desses territórios com Portugal do que com o Rio de Janeiro

Em suma, esses territórios mantinham relações entre si e com Portugal, chegando inclusive a contestar a autoridade de D. Pedro I, pedindo tropas às Cortes de Lisboa para que pudessem resistir à unificação do Brasil. Todavia, nunca foram enviadas (MACHADO, 2015).

À luz dessas considerações, pode-se depreender que, ao aderir à unificação do Império do Brasil, a Província do Maranhão acaba induzindo a decisão da Província do Pará. A isso, é necessário agregar a ameaça de um reforço militar enviado do Rio de Janeiro, bem como a interrupção de um bloco de províncias bem articuladas a Lisboa. Esses três elementos (vinculação entre Maranhão e Pará; ameaça de um reforço militar; e interrupção das articulações com Lisboa) são a explicação basilar para se compreender a decisão da Junta de Governo em aceitar politicamente a incorporação da Província do Grão-Pará ao Império do Brasil (MACHADO, 2015, p.17).

Algumas informações acerca das ações da Esquadra Imperial podem ser extraídas do diário do Frei Manoel Moreira da Paixão e Dore. O Frei era o capelão da esquadra comandada por Cochrane e esteve a bordo da Nau “Pedro I” durante a campanha para a Bahia. Naquela altura, foram empregados os seguintes meios navais: Nau “Pedro I”, comandada pelo Capitão de Fragata Thomas Sackville Crosbie; Fragata “Piranga”, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra



**John Taylor,
Comandante da
Fragata "Niterói"
que acompanhou os
navios portugueses
que se retiravam
da Bahia**

David Jewett; Fragata Real "Carolina", comandada pelo Capitão de Fragata Gonçalves Lima; Fragata "Niterói" comandada pelo Capitão de Fragata John Taylor; Corveta "Maria da Glória" comandada pelo Capitão-Tenente Teodoro de Beaurepaire; Corveta "Liberal", comandada pelo Capitão-Tenente Antônio Salema Garção; Brigue "Guarani", sob o comando de Antônio Joaquim do Couto; Brigue "Escuna" sob o comando de Justino Xavier; e a Escuna "Leopoldina", comandada pelo Segundo-Tenente Francisco de Sá Lobão. Um total de nove navios, com aproximadamente dois mil praças e 278 peças de artilharia, empregava esforços para a afirmação da Independência do Brasil no território maranhense. O Imediato de Cochrane, John Pascoe Grenfell, foi enviado em 6 de agosto de 1823 a Belém do Pará, a bordo do Brigue "Maranhão" (antigo brigue português "Dom Miguel"), armado de dezoito canhões, para eliminar as resistências paraenses ao Império.

Grenfell se utilizou de estratégia semelhante àquela do Almirante Cochrane. Escreveu à Junta da Província do Pará, ameaçando-a com uma grande esquadra que estava supostamente a caminho de Belém. Além disso, enviou uma carta de Lord Cochrane que confirmava a adesão do Maranhão e garantia a vida e os bens dos portugueses que aderissem à causa da Independência (NOSCHANG, 2020, p. 67). Logo suas ameaças surtiram efeito e a Junta Governativa brasileira tomou posse e passou a governar o Grão-Pará. Dessa forma, a Província do Pará foi anexada ao Império do Brasil.

Apesar de já conformado o território, os diferentes núcleos sociais que viviam naquela região, brasileiros e portugueses que se contrapunham às ordens do comandante Grenfell em relação à Independência do Brasil, acabaram por criar um clima hostil, fazendo com que a Armada Imperial precisasse intervir,

quando fez o uso de diplomacia e também da força armada (NOSCHANG, 2020, p. 67).

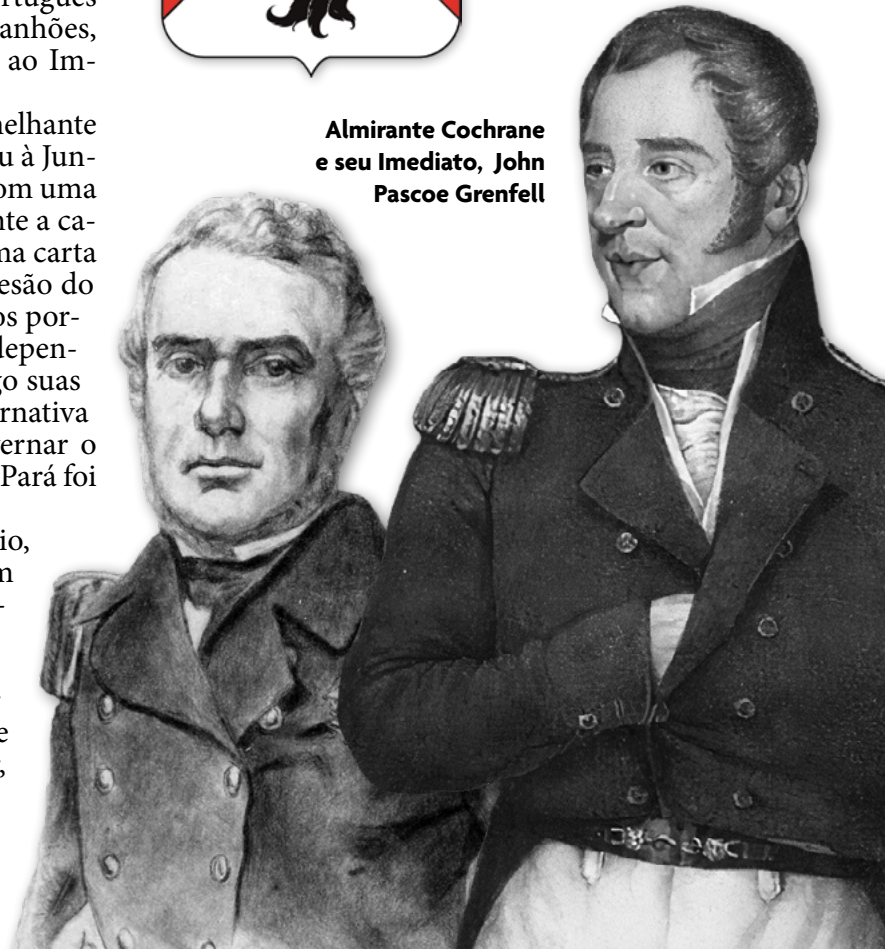
Em 12 de outubro, após tumultos e ações militares, o Pará foi oficialmente incorporado ao Império. Porém, a incorporação do Maranhão e do Pará ainda demandava consolidação, já que os grupos apoiadores dos vínculos com Lisboa ainda se manteriam fortes por algum tempo (NETO, 2022, p. 95).

Após concluir sua expedição para unificar o Império do Brasil, em 20 de setembro de 1823 o Almirante Cochrane iniciou sua derrota para o Rio de Janeiro e, em 9 de novembro, adentrou novamente a Baía de Guanabara com merecidas honras. Coube-lhe inclusive o título de Marquês do Maranhão, título nobiliárquico que se destaca em seu túmulo na Abadia de Westminster, em Londres; assim como a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. Em cerca de seis meses, a esquadra portuguesa foi expulsa dos mares do Brasil.



**Brasão do Marquês
do Maranhão, título
conferido por D. Pedro I
a Thomas Cochrane, pelo
êxito obtido nas lutas de
Independência da Bahia e
do Maranhão em 1823**

**Almirante Cochrane
e seu Imediato, John
Pascoe Grenfell**





A Batalha de Pirajá foi um dos principais embates ocorridos entre o Exército brasileiro e as tropas portuguesas durante a Independência da Bahia
Mural de Carybé

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, o artigo discutiu como as Províncias do Norte eram mais alinhadas com as Cortes em Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Em parte, por conta do condicionalismo físico do Atlântico; em parte por conta das imposições fiscais que o Rio de Janeiro impunha às demais províncias. Outro fator relevante era a maior aproximação comercial e cultural entre as províncias fronteiriças. Em síntese, parecia mais oportuno manter seu alinhamento com Lisboa a se aventurar em um projeto político, ainda que genuíno, encabeçado pelo Rio de Janeiro.

O cenário começou a se transformar quando, no Maranhão, surgiu uma pressão pela independência tanto por parte dos comerciantes e agricultores, quanto pelas tropas e navios que militarmente bloqueavam a Província. Com o objetivo de se manter no poder, o Governador se pôs favorável à causa da independência. Sua resistência teve seu último suspiro a partir da investida decisiva do Almirante Cochrane. A partir das relações prévias que existiam entre as províncias, o Grão-Pará se viu ameaçado quando, além da aproximação de uma suposta esquadra – conforme vaticinado por Grenfell – tomou conhecimento de que o Maranhão, com o qual mantinha laços mais estreitos e de quem dependia financeiramente, alinhou-se ao Império do Brasil.

Os esforços de resistência foram vencidos pelo uso da diplomacia e mesmo da força, com o emprego da Armada Imperial, garantindo a incorporação do Pará como parte do Império do Brasil.

As incorporações do Maranhão e Pará, entretanto, não eram o ponto final desta história. Na década de 1830, em face das incertezas do Período Regencial, novos tumultos e rebeliões estalaram naqueles locais. Para debelar a Cabanagem e a Balaiada, mais uma vez a Armada Imperial cumpriu funções de transporte e abastecimento de tropas, além de eventuais bloqueios e bombardeios. Noutros termos, a adesão dessas imensas e importantes regiões não se resume aos anos de 1822 e 1823, mas deve mesmo ser pensada como um processo histórico, cujo instrumento basilar foi o Poder Naval a serviço do Estado Imperial. ■

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Armando de Senna (org.). *Introdução à História Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.
- CUTRIM, Luísa. Moraes Silva. *A alma do negócio: a trajetória do negociante Antônio José Meirelles no Maranhão (c. 1820 – 1832)*. Dissertação (mestrado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2017.
- DORES, Fr. Manoel Moreira da Paixão e. *Diário da Armada da Independência*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.
- GALVES, Marcelo Cheche. “Dirigir e retificar a opinião pública: os primeiros anos da tipografia nacional do Maranhão (1821 – 1823)”, in *Anais do I Seminário Internacional Brasil no Século XIX*. Niterói: Sociedade de Estudos do Oitocentos, 2015. V. 1, pp. 1-17.
- MACHADO, André Roberto de Arruda. “Para além das fronteiras do Grão-Pará: o peso das relações entre as províncias no xadrez da independência (1822-1825)”, in *Outros Tempos—Pesquisa em Foco—História*, v. 12, n. 20, 2015.
- NOSCHANG, Liara. “Marinha Imperial brasileira”, in *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 79, n. 107, 2020, pp. 45-74.
- NETO, Hélio Franchini. “A Marinha de Guerra na Independência do Brasil—reflexões sobre a relevância do poder naval”, in *Navegador: subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, 2022, pp. 77-103.
- PEREIRA, J. de J. *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. 2006. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006.
- PINHEIRO, R. A. *O conciliador e o início do jornalismo maranhense no século XIX*. Tese (doutorado em comunicação social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- ZIM, Lucas Expedito de Paiva. “A independência do Brasil no Diário do Frei Manoel Moreira da Paixão e Dores”, in *Revista de Villegagnon*, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 16, 2022, pp. 106-111.

*1 Aspirante (IM)

*2 Aspirante